

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de (S. Paio de Gramaços, 1860 – Coimbra, 1941)

Doutor em Teologia (1886) e Letras (1916) pela Universidade de Coimbra, sacerdote secular, «liturgista, filólogo, canonista, arqueólogo e historiador», na extensão da lápide evocativa colocada em 1944 na casa onde nasceu, foi uma personalidade vincada da diocese e da Universidade de Coimbra, onde exerceu o magistério entre 1887 e 1930, primeiro na Faculdade de Teologia e, depois da extinção desta, na Faculdade de Letras, onde se jubilou.

Teve por pais Serafim Garcia Ribeiro (1823-1912) e Maria José Cândida Coelho Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos (1825-1865). O pai, que casou em segundas núpcias, havia conhecido Coimbra na sua juventude, onde conservava velhos amigos em 1850 e 1867, referenciados nas «memórias» do filho. Em Coimbra havia residido o irmão mais velho, Dionísio Garcia Ribeiro (1821-1886), que entrou para o Seminário (1840) e frequentou na Faculdade de Teologia o curso eclesiástico, tendo sido ordenado presbítero em 1844. Serafim permaneceu em S. Paio de Gramaços (Oliveira do Hospital), onde se dedicou à administração de suas fazendas. O irmão P^o. Dionísio, «filho da principal família da terra», tinha «para sua sustentação bens patrimoniais suficientes», como se exprimiu o próprio sobrinho lente, identificando-se socialmente, o qual acrescenta, referindo-se ao avô paterno, ter sido este «um grande administrador e activo agricultor», de quem herdou, provavelmente, as qualidades de organizador e executor. E as testemunhas ouvidas nas informações para a ordenação sacerdotal do P^o. Dionísio deixaram claro que os pais e avós «serviram os empregos honrosos do estado e ordem pública». Uma classe média honrada.

AV, órfão de mãe aos cinco anos, ficou a dever ao tio sacerdote «a educação e a situação social», como deixou explícito ao longo da sua obra em múltiplas referências de profundo reconhecimento. O P^o. Dionísio, com efeito, mudou-se em 1851 para a paróquia de S. Paio de Gramaços, pouco depois da viuvez do irmão, onde exerceu larga acção pastoral e pedagógica. Quando AV atingiu 8-9 anos, o tio Dionísio, «querendo dirigir pessoalmente em Coimbra a educação literária do seu sobrinho», na expressão deste, concorreu à igreja paroquial de S. Martinho do Bispo, onde foi colocado em 1869 e onde residiu até ao falecimento (1886), acabando por ser arcepreste e arcediogo.

AV passou a morar com o tio em S. Martinho do Bispo (junto de Coimbra), onde continuou os primeiros estudos, ou os iniciou, como diz em 1937, e talvez com razão. O latim, que começou a estudar com o tio, foi



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

aperfeiçoado com o padre de Oliveira de Hospital, segundo declara. As outras disciplinas também não foram preparadas no liceu, de cujos anuários não consta o seu nome como aluno interno, mas nele fez exames, em tempo que vigorava o regime liceal por disciplinas. O seu nome consta dos alunos distintos, no ano lectivo de 1877-1878, em Geografia e Introdução à História Natural. Acabou os preparatórios com a cadeira de Filosofia (1ª e 2ª parte), obrigatória para a inscrição em Teologia, onde se matriculou, como aluno ordinário, no ano lectivo de 1878-1879, passando então a residir na cidade em casa particular, como tantos outros estudantes. Morou, primeiramente, na Rua dos Anjos, nº 6, mudando-se no ano seguinte para a Estrela, lugar saudável e de vistas deslumbrantes. Não concluiu o primeiro ano por doença (febre tifóide), mas cursou regularmente os cinco anos escolares seguintes, sendo galardoado ao longo deles com «prémio» ou honra de «*accessit*» (no 2º ano). Licenciou-se em 1885 com 17 valores (a mesma nota de bacharel formado), ano em que também cantou missa nova, e doutorou-se em 1886 (com 18 valores), vivendo um tempo académico de que traçou, em 1936, saborosos bosquejos. Obteve o primeiro despacho para o magistério em 26 de Maio de 1887, iniciando então a carreira de professor catedrático na Faculdade de Teologia.

AV, que possuía a serenidade e bondade apanágio dos sacerdotes, ficou marcado pela paisagem e o meio onde nasceu (e mesmo onde viveu como estudante, em S. Martinho do Bispo e à Estrela), tendo haurido desde a meninice «a pureza ancestral do sangue aldeão» (Maurício Santos). Amante da simplicidade, embora se deleitasse com o esplendor litúrgico, sensível à paisagem serrana e à serenidade das noites de Agosto, natureza e céu que observava com luneta astronómica à procura do «conhecimento do criador, do visível subir ao invisível», sacerdote que rezou missa campal em plena Serra da Estrela ao nascer do sol (1888), era um homem de fé, de sensibilidade artística, possuidor de uma inteligência arguta e memória pronta e tenaz, pleno de muitos saberes que nas aulas exprimia com voz bem timbrada. Cultor da amizade, da verdade, da rectidão e da obediência ao seu prelado, conteúdos da cadeira de Ética Cristã Especial, que também leccionou. Calendarista da diocese (e para além dela) e da própria Universidade, liturgista sacerdotal e académico, ninguém como ele conhecia e sabia marcar com precisão e minúcia os ritos do fasto ou do quotidiano, o que lhe dava uma imensa vantagem na interpretação e compreensão dos temas históricos a que se dedicou.

Homem ao mesmo tempo de acção política e social. Militou no partido progressista até ao advento da república, onde chegou a ser membro da comissão executiva, festejando jubilosamente as suas vitórias, foi admirador de Sidónio Pais (tempo de revisão da separação entre as igrejas e o estado) e desempenhou um papel marcante na política local conotada com o «28 de Maio», no ajuizar de Belisário Pimenta. Foi vogal da Comissão Distrital de Coimbra, conservando-se na documentação existentes vestígios bem marcados da sua passagem por este importante corpo administrativo. Exerceu funções de secretário da Misericórdia de Coimbra, reorganizou a Confraria da Rainha Santa, padroeira de Coimbra, e «foi alma da fundação» (1930) do seu Refúgio para pessoas do sexo feminino. Ao seu dinamismo e influência se fica a dever, em grande parte, a criação da Faculdade de Letras e a edificação do primeiro edifício através da actividade como seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

primeiro director (1911-1920). Foi também o organizador do Arquivo da Universidade desde 1897 e seu primeiro director desde que se tornou repartição independente da secretaria-geral (1902-1927). Exerceu o cargo de director da capela da Universidade por diversos anos até próximo do advento da república, o que lhe permitiu que muitas das alfaias da capela se conservassem no Museu de Arte, em que a soube transformar e anexar ao arquivo a partir de 5 de Outubro. Foi reitor do liceu de Coimbra, onde fez parte de júris de exame, criando fama de examinador exigente, como sentiu António Sardinha em Julho de 1906, ao buscar a benevolência através do mediador Eugénio de Castro. Colaborou em diversas revistas e jornais, nomeadamente, com assiduidade, no *Correio de Coimbra*, órgão da diocese, e em *O Instituto*, chegando a fazer parte da redacção.

Ao tempo da sua formação e inícios de professor, a Faculdade de Teologia vivia um período cinzento da sua história, em conflito com o bispo, pouca frequência escolar em tempo de anticlericalismo e sem teólogos especulativos, alguns deles inclinados, talvez por estas razões, mais para os estudos históricos e filológicos. Foi aqui, com efeito, que AV, já com propensões para os estudos históricos ao tempo da formação liceal, desenvolveu actividades de professor e investigador de História, continuando-as depois na Faculdade de Letras (1911), ao ser extinta a sua primeira escola, onde exerceu influência decisiva até à sua jubilação (1930) – momento em que se inauguravam em França novos rumos para a historiografia –, influência que perdurou para além da sua morte (1941).

O seu trabalho de historiador foi inicialmente marcado, como não podia deixar de ser, pelas vivências culturais dos finais do século XIX, onde avulta a ideia da história como ciência (assim como a linguística), servida por um método de apuramento rigoroso dos factos. Por outro lado, as temáticas históricas que desenvolveu estão ligadas à sua formação religiosa, tomando como ponto de partida a história local eclesiástica ou universitária. Quando, em 1926, se desloca a Itália «em missão gratuita de estudo», são ainda os templos religiosos que lhe chamam a atenção.

Estas características, assim como a não propensão especulativa de teólogo, revelou-as AV nos primeiros escritos maiores, como a dissertação de doutoramento sobre o *Divórcio* (1886) ou o trabalho bíblico-linguístico para concurso ao magistério, *Pluralismo da linguagem* (1887) e, sobretudo, quando, aos 34 anos (1894), edita a sua primeira «tentativa histórica», como a classifica, embora fosse obra de «historiador já feito», no ajuizar de Damião Peres em 1940. Trata-se da obra *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, a qual foi precedida e acompanhada de outros estudos de natureza historiográfica, como bem revela o elenco bibliográfico publicado no primeiro volume (1940-1941) da *RPH*, um total de 223 itens entre os cerca de trezentos trabalhos, de índole diversa, que publicou. Embora enfermo pela vida fora, era homem de «rara energia e de incansável actividade», como o qualificou, em 1894, J. Mendes dos Remédios.

A configuração do historiador profissional mal existia ainda em Portugal, ou pelo menos «a escola ainda não formava historiadores» (A. L. Carvalho Homem), sendo a História estudada, na Universidade, nas Faculdades de Teologia e de Direito, no pertinente às áreas dos seus saberes.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

AV foi professor de diversas cadeiras na Faculdade de Teologia, cujos programas são conhecidos, entre elas as de Teologia Dogmática (1890), onde necessariamente tratava da história do mundo e do homem, e de Isagoge Geral e Arqueologia (1902), a qual constituía a primeira parte de Estudos Bíblicos, onde, em matéria de Arqueologia, leccionava temas sobre história da vida material, social, económica, religiosa e cultural dos hebreus. E numa segunda parte dos Estudos Bíblicos, a Faculdade ensinava Isagoge especial, hermenêutica e heurística, saberes de interpretação e de crítica que AV nunca deixou de adaptar aos textos profanos.

A sua concepção de história está já anunciada no discurso que proferiu em 1890 na capela da Universidade a propósito das exéquias de D. João III e encontra-se fixada na sua «primeira tentativa histórica» (1894), espelhando-se bem nas recensões críticas que efectuou a obras de história (1896). A entrada na Faculdade de Letras (1911), dedicando-se em exclusivo ao ensino e investigação da História, embora conservando-se sacerdote activo, cimentou e ampliou no contexto cultural vigente um método e uma teoria da história que prevaleceram ao longo de gerações na Faculdade, como acima referimos, assim como no desenrolar da acção do Instituto de Estudos Históricos (IEH), instituição nascida em 1911 nas Faculdades de Letras para a investigação histórica, reduzida depois em Coimbra, a partir de 1925, à actividade do Grupo de História. Foi AV que introduziu o regime de Seminários, que funcionavam no Arquivo, que dirigia, e neste e no IEH prepararam os estudantes, sob a sua orientação, múltiplos trabalhos que depois foram publicados por quem os dirigiu.

Em História, a verdade procura-se e nem sempre se encontra, por mais que se aumentem os vestígios, que nunca foram, com AV, apenas os que ficaram escritos. Foi ele que não só instituiu «o ensino da Epigrafia e da Numismática, e restaurou o da Paleografia, da Diplomática e da Esfragística, renovando o brilho dos tempos em que, há mais de um século, o grande João Pedro Ribeiro aqui as ensinou» (Damião Peres, «Prof. Doutor António de Vasconcelos», 1941, p. 7), mas também praticou a Arqueologia (havendo sido presidente da secção de Arqueologia do Instituto), como revelam tantos dados novos inscritos nos seus trabalhos. Ciências então ditas auxiliares da História, com as quais renovou os estudos históricos, permitindo-lhe uma minuciosa exactidão dos factos, lembrando por vezes o cerimonialista, que também era.

«A exposição rigorosa dos factos, como lei suprema do historiador», vinha já de L. von Ranke (1795-1886). AV, que conhecia bem a metodologia da história eclesiástica, não podia deixar de ser influenciado, ao decidir-se pela História, depois da Filologia, pelas correntes alemãs do seu tempo (encontrando em Coimbra, como colega, Carolina Michaëlis) e pelo positivismo, sendo este já objecto de largas contestações quando inicia as publicações maiores. Ao mesmo tempo, evoca Cícero e tem presente a lição de Herculano (1810-1877) quanto à verdade historiográfica.

O apego à «verdade», ao rigor documental, começa pela crítica e exacta publicação dos documentos, sem contrafactos ou erros. O escrúpulo nesta matéria ficou bem exarado no volume *Dr. Francisco Suárez, doctor eximius*, obra que consta de um aparato documental precedido de um longo prólogo de natureza biográfica, que lhe foi solicitado depois de apresentar a compilação dos documentos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

encomendada pelo Conselho de Teologia a fim de comemorar o terceiro centenário da sua incorporação na Universidade, cerimónia, aliás, proposta por ele próprio. Com efeito, no final da obra, cujos documentos foram transcritos pela sua mão, lavrou uma certidão de responsabilidade, juntamente com o secretário da Universidade, após conferência conjunta das provas tipográficas, quanto à «sua exactidão perfeita». Mais tarde, Mário Brandão considerará a obra como um marco capital para o estudo da história da Universidade, dando continuidade à acção já desenvolvida na primeira metade do século XVIII por F. C. de Figueiroa, «o mais digno dos percursos de João Pinto Ribeiro» («Biografia», 1948, p. 40).

A natureza do estudo de 1897 e a responsabilidade assumida perante a comunidade científica internacional poderiam justificar a prevenção de AV. O sentido de exactidão certificada, no entanto, fazia parte de AV. Com efeito, ao publicar os dois documentos mais antigos do Arquivo da Universidade, datados de 1030 e 1090, de importância para o filólogo, AV, na qualidade de director do arquivo, exara que os documentos «foram escrupulosamente conferidos com os respectivos originais e verificada a sua perfeita exactidão». Escrúpulo que transmitiu aos discípulos, acompanhado de um outro incrustado no modo de validação da ciência: a indicação rigorosa da fonte para que o leitor a pudesse contrastar, como deixou exarado no prólogo de *Brás Garcia Mascarenhas*.

AV foi sempre considerado pelos colegas como um meticuloso apurador dos factos, com carácter obsessivo pelo pormenor, nas palavras de T. Soares, ou nas apreciações idênticas de G. Cerejeira ou de E. de Castro. Já em 1912, numa sessão do Senado universitário, havia sido reconhecido o seu «espírito de há muito proficiente e seguro no campo das investigações históricas». E em 1927, ao tempo em que preparava a primeira edição de *Inês de Castro*, não deixou de comunicar à ACL, através do seu amigo J. Maria Rodrigues, a localização exacta onde foi decapitada Inês de Castro e «onde se passou o último período dos amores». Como escreveu, «anos de buscas nos arquivos e de pesquisas *in situ*, colocaram-me em condições de poder precisar o local, e dizer, com segurança: - Era aqui» (*António de Vasconcelos*, 2000, p. 152). Observação, *in situ*, que igualmente o levou a indicar «o local preciso» em que Pier Maria Baldi colocou a sua mesa de trabalho para traçar a conhecida panorâmica de Coimbra (*A Sé Velha*, vol. II, 1935, p. 172). A historiografia, em Coimbra, não mais perdeu a ilusão, até à revolução dos cravos e à do pós-modernismo, de procurar a exactidão e a certificação dos factos.

Em AV, a exactidão e a imparcialidade eram aspectos da metodologia científica e notas caracterizadoras do seu carácter, timbrado por um espírito crítico vigoroso e persistente. As suas críticas não pouparam as instituições eclesásticas, da inquisição aos cónegos de Santa Cruz ou da Sé, por exemplo, quando as encontrava a bloquearem injustamente o seu caminho da história, a do passado ou a do presente.

A História, ao tornar-se ciência, eliminou da sua narrativa «todos os ornamentos literários e os factos sem prova», como explicitava, em 1918, Frederick Teggart. AV assim havia procedido já em 1894, mas o seu estilo, «de uma segura que incomoda», foi desde logo criticado por J. Mendes dos Remédios, o qual considerava que o objecto de estudo impunha «a harmonia do rigor histórico e da forma artístico-verbal» («D. Isabel de Aragão», *O Instituto*, 41, 1894, p. 916-917). A crítica do jovem teólogo não desviou AV das



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

suas concepções, continuando a considerar a história retórica como incapaz de se tornar científica. Cautelosamente, no entanto, ao publicar o opúsculo *Real capela da Universidade* (1908), advertiu, de entrada, que «não foi escrito com pretensões literárias». A crítica posterior considerou AV como «um mestre consumado da língua» (M. T. Salgueiro, «Discurso», 1936, p. 20) e, em 1996, o então presidente da ACL, ao reeditar *Brás Garcia Mascarenhas*, dava-lhe razão ao louvá-lo «pela limpidez da escrita e mesmo pela simplicidade do estilo, tão adequado aos estudos históricos» (p. VII). Foi, com efeito, um conhecedor profundo da língua portuguesa, por onde começou antes de se tornar historiador.

Quanto «à secura que incomoda», T. Soares chamou já a atenção, por exemplo, para a forma concisa como AV descreveu a morte da Rainha Santa, tempo por onde começa a narrativa da «primeira tentativa histórica», dado que não encontrou documentado anteriormente o seu culto religioso. O «estilo seco», contudo, não se encontra em todos os escritos de Vasconcelos, muitos deles divulgados com rigor, simplicidade e encanto de linguagem. Atreveu-se mesmo a emitir juízos de valor, logo na sua primeira tentativa histórica, juízos éticos que mereceram reprovação em 1943, tempo de escrita da história sem valoração moral e sem adjectivos qualificativos na senda do neopositivismo, de que AV, felizmente, ficou imune, chegando a traçar quadros morais em voos de criação imagética.

AV tinha gosto especial pelas biografias, as quais lhe permitiam, para além da pormenorização, uma reconstrução colorida (T. Soares), o que é bem visível em *Brás Garcia Mascarenhas*, começado a publicar em 1912, ou em textos originalmente de circunstância, como a conferência que está na base de *A Sé-velha de Coimbra* (1930-1935), obra esta que T. Soares classificou «mais do que um estudo sereno e frio de reconstituição histórica, um verdadeiro e esplêndido hino de louvor à catedral de Coimbra» («Prof. Doutor», 1943, p. 17). Mas verdadeiramente seco é o texto sobre Inês de Castro, inicialmente destinado a aulas de História de Portugal, na senda do estilo da obra de 1894, «couraçando-se contra a sentimentalidade com a frieza imparcial e austera, necessária aos estudos históricos». Virgílio Correia considerá-la-á «o ponto culminante da sua carreira literária» («Inês de Castro», *O Instituto*, 75, 1928, p. 642). Numa e outra obra, um crítico desfazedor de lendas, sacerdote de cultura aberta que emitia juízos de valor sobre instituições e actos religiosos do passado, mas contido quanto ao transcendental. Virtudes morais e intelectuais subsumidas numa «metodologia individualizadora» da História (Carreras), dons que soube incutir à unidade de investigação que dirigiu e que Pierre David, chegado a Coimbra em 1941, dorido pela pátria e com relevância internacional, reconstituiu anos depois (1947) em texto sentido.

Pelo conjunto da investigação histórica, AV aparenta heranças com os antiquários, arqueólogos e historiadores conimbrigenses que o precederam, centrados em pedaços da história local. Em 1939, Octaviano de Sá, saudando o aparecimento do primeiro volume de *Escritos vários*, reconhece-lhe autoridade «em tudo o que represente erudição e conhecimentos exactos da vida académica, monumentos, documentário e artistas, do passado e do presente, da nossa terra» (*António de Vasconcelos*, 2000, p. 524). Com efeito, foi em Coimbra, e de Coimbra, que AV escreveu e investigou ao longo da vida, fazendo nascer, com rigor, a história local profissional, mesmo quando a nostalgia das raízes pátrias o levavam a biografar,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma modalidade ainda do local, os percursos revoltosos e literários de *Brás Garcia Mascarenhas*. Como disse V. Correia, ele próprio cultivador das localidades através da Arqueologia e da História da Arte na mesma Faculdade, a obra de AV «tôda se arroubou no amôr dos fastos conimbricenses» («Inês de Castro», *O Instituto*, 75, 1928, p. 642). História local onde havia muito que afeiçoar antes de se tentar erguer o edifício tornado urgente pela abertura dos arquivos ao público e a criação da Faculdade de Letras. Para ela significativamente contribuiu AV ao traçar linhas mestras através de representações religiosas e universitárias, dando-lhe unidade e sentido através de alguns marcos monográficos identificadores de uma cidade que sempre amou e gostava de apreciar do sítio de Nossa Senhora da Esperança, capela de onde partiam os missionários e voltavam os antigos estudantes brasileiros.

Foi Dignidade capitular da Sé de Coimbra como arcediogo do Vouga, pertenceu ao Instituto (Coimbra) desde 1887, à Academia das Ciências de Lisboa (a partir de 1897), à Academia Real de Historia (Madrid) e Academia Portuguesa da História, fundada em 1937, de que foi o primeiro presidente, já próximo do final da vida. Coroando-lhe o mérito científico, literário e artístico, recebeu em 1936 as insígnias da Grã Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Bibliografia activa: VASCONCELOS, António de, *Theses ex universa Theologia atque Inauguralis Dissertatio, quas pro Laurea doctorali obtinenda in Conimbricensi Academia propugnabat Antonius Garcia Ribeiro de Vasconcellos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1886; [a dissertação intitula-se *De divortio quatenus sociali progressui adversatur*]; idem, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei lavrador Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, 2 vols. A obra foi reeditada em fac-símile pelo AUC, 1993; idem, «D. Isabel de Aragão: Carta ao licenciado na sagrada teologia, sr. Joaquim Mendes dos Remedios, a propósito do seu artigo crítico, publicado sob esta epigraphe em o número precedente do Instituto», *O Instituto*, 41, 1894, pp. 984-996. Há separata. [Uma lição de hermenêutica]; idem, *Francisco Suárez: Doctor Eximius: coleção de documentos publicados por deliberação da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, para comemorar o terceiro centenário da incorporação do grande Mestre e Príncipe da sciencia teológica no professorado da mesma Universidade: oito de Maio de 1597- oito de Maio de 1897*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897; idem, *O mysterio da Imaculada Conceição e a Universidade de Coimbra*. Memoria histórica apresentada ao Congresso Universal Mariano, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904; idem, *Brás Garcia Mascarenhas. Estudo de investigação histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922. Há reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins, Lisboa, FCG, 1996. [Trabalho inicialmente publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*, vols. I (1912), II (1913) e VIII (1922)]; idem, *Inês de Castro. Estudo para uma série de lições no curso de História de Portugal*, Porto, Marques Abreu, 1928; 2ª ed., revista, Barcelos, Portucalense Editora, 1933 (ed. de luxo), reproduzida em fac-símile em 1983 por Sólivros de Portugal, Trofa; idem, *Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930-1935. [O texto foi seguido de um suplemento publicado

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em *Biblos*, XI, pp. 305-328. Obra reeditada em fac-símile pelo AUC, 1993, com o suplemento e outros acrescentos]; idem, *Escritos vários relativos à Universidade de Coimbra*, vols. I e II, Coimbra, Coimbra Editora, 1938-1941. [Reeditados em 1987-1988 pelo AUC, com acrescento de um artigo]; *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do «Correio de Coimbra» 1922-1941*, Coimbra, AUC, 2000. Coordenação editorial de Manuel Augusto Rodrigues.

Bibliografia passiva: BRANDÃO, Mário Mendes dos Remédios de Sousa, «Biografia do Doutor António de Vasconcelos», in *À memória do Dr. António de Vasconcelos primeiro presidente da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, APH, 1948, p. 32-53; CORREIA, Virgílio, *Inês de Castro: nota bibliográfica sobre o livro do doutor António de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, sep. de *O Instituto*, 75; GIRÃO, Aristides de Amorim, «Dr. António de Vasconcelos: primeiro Director da Faculdade de Letras: (1-VI-1860-2-IX-1941)», Coimbra, Coimbra Editora, 1945, sep. de *Biblos*, vol. XX; MENDONÇA, Manuela, «António de Vasconcelos – 1º presidente da Academia Portuguesa de História (1937-1944)», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 263-283. [AV morreu em 1941; o 2º presidente da APH foi eleito em 1944]; OLIVEIRA, António de, «Seis décadas de História na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências», *Revista Portuguesa de História*, 42, 2011, pp. 11-60; PERES, Damião, «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», *Revista Portuguesa de História*, 1, 1941, pp. 7-47 e adenda; [contém a bibliografia (incompleta) de AV]; RODRIGUES, António Luís da Costa, «Doutor António de Vasconcelos», in *Doutor António de Vasconcelos Homenagem*, Coimbra, [s. n.] [Tipografia Gráfica de Coimbra], 1937, pp. V-XXI; SALGUEIRO, Manuel Trindade, «Discurso», in *Doutor António de Vasconcelos Homenagem*, Coimbra, [s. n.] [Tipografia Gráfica de Coimbra], 1937, pp. 13-21; SANTOS S. J, Domingos Maurício Gomes dos, «‘Sacerdus Magnus’ O Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», in *À memória do Dr. António de Vasconcelos primeiro presidente da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, APH, 1948, pp. 8-31; SOARES, Torquato de Sousa, «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», *Revista Portuguesa de História*, 2, 1943, pp. 7-23.

António de Oliveira



APOIOS:

